

EDITAL

____ VICTOR MANUEL ALVES MENDES, NA QUALIDADE DE
PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE PONTE DE LIMA: _____

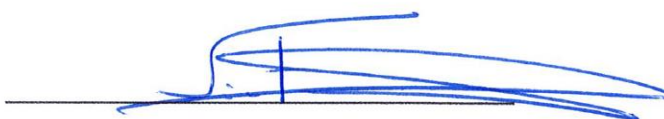
____ FAZ PÚBLICO QUE, a Câmara Municipal na reunião de 29 de janeiro de 2018, aprovou alterações ao Regulamento da Piscina da Quinta de Pentieiros, cuja republicação se anexa ao presente edital como sua parte integrante. _____

____ Mais torna público que o regulamento republicado em questão entrará em vigor 15 dias seguidos após a sua publicitação nos termos legais. _____

____ Para constar se lavrou o presente edital e outros de igual teor, que vão ser afixados nos lugares do estilo. _____

____ Paços do Concelho de Ponte de Lima, 12 de fevereiro de 2018. _____

O Presidente da Câmara Municipal,



Eng.º Victor Mendes

PISCINA DA QUINTA DE PENTIEIROS

REGULAMENTO

Enquadramento

De acordo com o disposto no Decreto-Lei 385/99, de 28 de setembro, na Directiva CNQ/93, de 24 de maio e na Portaria 311/2015, de 28 de setembro com a redação conferida pela Portaria 168/2016 de 16 de junho é elaborado o seguinte regulamento interno da piscina da Quinta de Pentieiros, ao abrigo de competência regulamentar própria prevista no artigo 241º da Constituição, conjugado com alínea k) do número 1 do artigo 33º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, observando a legislação em vigor.

Artigo 1.º

Âmbito e Gestão

1. A piscina da Quinta de Pentieiros, integrada no Parque de Campismo da Quinta de Pentieiros (PCQP), destina-se única e exclusivamente a atividades de recreio, sendo a sua gestão da responsabilidade da Câmara Municipal de Ponte de Lima.
2. A piscina, considerada como uma piscina de uso público ao ar livre, é composta por dois tanques:
 - a) Tanque de recreio;
 - b) Tanque infantil ou chapinheiro.
3. O Presidente da Câmara Municipal designará o responsável técnico pela piscina.

Artigo 2.º

Objetivo

O presente regulamento visa estabelecer as normas relativas à utilização e funcionamento da piscina da Quinta de Pentieiros, adiante designada por piscina, em cumprimento da legislação aplicável e dos objetivos definidos para a mesma.

Artigo 3.º

Período e horário de funcionamento

1. A piscina funciona, anualmente, no período compreendido entre os dias 1 de junho e 30 de setembro.
2. Nos termos do número anterior, a piscina funciona diariamente no horário compreendido entre as 10h:30m e as 13h:00m e entre as 15h:00m e as 19h:00m.

3. O período e horário de funcionamento da piscina poderão ser alterados pela Câmara Municipal de Ponte de Lima.

Artigo 4.º

Tarifas

1. As tarifas de utilização da piscina são as constantes no anexo I do presente regulamento.
2. As tarifas previstas no anexo I serão atualizadas, ordinária e anualmente, em função da taxa de inflação publicada pelo Instituto Nacional de Estatística (por aplicação do Índice de Preços ao Consumidor, sem habitação) relativa ao período de novembro a outubro, inclusive, dos exercícios anteriores àquele em que a actualização produzirá efeitos.
3. A atualização a que alude o número anterior deverá ser feita nos documentos previsionais.
4. Os valores resultantes da atualização efectuada nos termos do número 2 serão arredondados para a segunda casa decimal para o múltiplo de 0,05 € mais próximo.
5. Sem prejuízo das atualizações anuais previstas no número 2, a Câmara Municipal pode proceder à atualização dos valores das Tarifas sempre que o considere justificado.
6. Os utentes do PCQP, das instalações de alojamento do PCQP e do Albergue da Quinta de Pentieiros, bem como os utentes das casas de campo geridas pela Câmara Municipal estão isentos do pagamento das tarifas devidas pela utilização da piscina.

Artigo 5.º

Lotações

Observando ao disposto na Directiva CNQ/93 vigoram, na piscina, as seguintes lotações:

- a) Lotação de serviço: 84 utentes;
- b) Lotação instantânea: 146 utentes;
- c) Lotação diária: 584 utentes.

Artigo 6.º

Acesso e permanência

1. O acesso à piscina é livre salvo o disposto nos números seguintes.
2. Pode ser recusado o acesso ou a permanência a:

a) Indivíduos que, de alguma forma, possam colocar em causa a ordem sanitária da piscina;

b) Indivíduos em estado de embriaguês, bem como outros que apresentem quaisquer alterações comportamentais que possam colocar em risco a harmonia e ordem pública na piscina;

c) Indivíduos que perturbem o normal funcionamento da piscina;

d) Todo e qualquer indivíduo que não reúna as condições exigidas no artigo seguinte,

e) O acesso a menores de 18 anos, exceto aqueles que estejam incluídos no *check-in* do PCQP, sem acompanhamento permanente de um adulto que por eles se responsabilize.

4. Nos termos da alínea e) do número anterior, ao adulto ou aos adultos que ingressem no recinto da piscina obrigam-se ao pagamento da tarifa equivalente à utilização da piscina.

5. O acesso pode ainda ser recusado por razões relacionadas com a:

a) Qualidade da água;

b) Necessidade de proceder a determinadas operações de manutenção;

c) Lotação definida para a piscina.

6. A permanência na piscina pode ser recusada a todo e qualquer indivíduo que desrespeite os preceitos estabelecidos no presente regulamento, nomeadamente o disposto nos artigos 10.º e 11.º.

Artigo 7.º

Admissão à piscina

1. A admissão à piscina, verificada essa possibilidade de acordo com o previsto no artigo anterior, nos casos em que há lugar à aplicação de tarifa, ocorrerá logo que efetuado o pagamento da mesma correspondente ao tipo de utilizador e de utilização e à época em causa e entregue(s) o(s) respetivo(s) bilhete(s).

2. Nos termos do número anterior existem dois tipos de utilizadores: i) os utentes do PCQP e das Casas de Abrigo, cujo acesso é gratuito e ii) os demais utentes, cujo acesso é pago de acordo com o tarifário presente no anexo I.

3. Aos demais utentes, referidos no número anterior, obriga-se à imediata saída do recinto da piscina, bem como à imediata saída da Quinta de Pentieiros, nos horários de interrupção diária de funcionamento e fecho da piscina, de acordo com o estipulado no número 2 do artigo 3.º.

4. Nos termos do número anterior o reingresso na Quinta de Pentieiros e na piscina, terminado o período diário de interrupção da piscina, só poderá ocorrer no momento da reabertura da piscina, ou seja, às 15h:00m.

Artigo 8.º

Admissão de animais

A admissão de animais de estimação é estritamente proibida, salvo cães guia, que ainda assim só poderá ocorrer:

a) Se as raças em causa não forem consideradas perigosas;

b) Mediante o compromisso de que nunca permanecerão na piscina que esteja o responsável pelo mesmo;

c) Mediante o compromisso, se provocarem distúrbios, como por exemplo ruído, que serão retirados de imediato do recinto da piscina;

d) Mediante o compromisso de que todos os eventuais estragos ou danos provocados pelos animais serão, integralmente, suportados pelo seu responsável.

Artigo 9º

Direitos dos utentes

1. Uma vez admitidos na piscina, os utentes têm direito a:

a) Utilizar o equipamento e instalações anexas de acordo com o disposto no presente regulamento;

b) Conhecer previamente as tarifas praticadas;

c) Exigir a emissão de faturas/recibos referente ao valor pago pela utilização do equipamento;

d) Exigir a apresentação do regulamento da piscina e do PCQP;

e) Exigir a apresentação do livro de reclamações, mesmo em caso de expulsão.

Artigo 10º

Deveres e obrigações dos utentes

1. Os utentes da piscina têm o dever e a obrigação de cumprir, cabalmente, com o disposto no presente regulamento, bem como, de instruir os seus acompanhantes menores, por quem são, em último caso, responsáveis, para o igual cumprimento do mesmo.

2. Aos utentes da piscina, a utilização da piscina e permanência no recinto da mesma devem:

a) Acatar a autoridade dos responsáveis pelo funcionamento do recinto e pela vigilância da piscina;

b) Usar roupa e calçado apropriado;

c) Abster-se de quaisquer atos suscetíveis de incomodar a vizinhança;

d) Fazer uma racional utilização da água, nas instalações sanitárias, de forma a evitar gastos exagerados ou desnecessários.

3. Aos demais utentes, identificados no ii) do número 2 do artigo 7.º, obriga-se ao:

a) Pagamento as tarifas correspondentes à utilização da piscina, de acordo com o tarifário em vigor;

b) Abandono do recinto da piscina e da Quinta de Pentieiros nos horários de fecho da mesma.

4. Aos utentes da piscina, durante a utilização da piscina e permanência no recinto da mesma, obriga-se:

a) À apresentação em cada entrada, ao nadador-salvador, dos bilhetes/cartões que permitem a admissão na piscina;

b) Ao cumprimento dos preceitos de higiene adotados na mesma, especialmente os referentes aos destinos do lixo e à admissão de animais;

c) Ao cumprimento das normas de utilização da piscina publicitadas à entrada da mesma.

d) Ao uso chuveiro e lava-pés antes de entrada nos tanques.

Artigo 11.º

Proibições

1. Aos utentes da piscina é, estritamente, proibido:

a) Usar de linguagem, vocabulário e atos que se afastem das normas de boa educação e civismo;

b) Introduzirem pessoas e/ou animais no piscina, sem que estejam reunidas todas as condições previstas para o acesso e admissão à mesma;

c) Utilizarem de todo e qualquer equipamento e infraestrutura disponibilizada na piscina e instalações anexas sem ser para o fim a que a mesma se destina;

d) Transporem as portões e vedações existentes na piscina;

e) Correr no cais de acesso à piscina;

f) Saltar e mergulhar;

g) A prática de jogos ou atividades na piscina que molestem ou incomodem os outros utentes;

h) Projetar água para fora da piscina;

i) Beber e comer dentro dos tanques da piscina;

j) Fumar e consumir bebidas alcoólicas no recinto;

k) Levar objetos cortantes ou pontiagudos para a piscina.

2. Aos demais utentes, identificados no ii) do número 2 do artigo 7.º é, estritamente, proibido o acesso a outro local da Quinta de Pentieiros que não o recinto da piscina.

3. É ainda proibida a utilização do chapinheiro por utentes com idade superior a 5 anos.

4. Nos termos do número anterior a utilização do chapinheiro por utentes com idade inferior a 5 anos é alvo de cobrança da respetiva tarifa, quando aplicável.

Artigo 12.º

Responsabilidade

1. Todos os acidentes provocados por utentes, são da sua única e exclusiva responsabilidade ou, no caso de utentes menores, dos correspondentes adultos responsáveis.

2. Todos os danos ou prejuízos causados pelos utentes em instalações, equipamentos e materiais existentes na piscina e instalações sanitárias serão obrigatoriamente repostos pelos mesmos observando, para o efeito, à sua situação e estado inicial.

3. Nos termos do número anterior, caso não seja viável a reposição da situação e estado inicial pelos utentes, a Câmara Municipal encarregar-se-á dessa mesma reposição enviando, posteriormente, notificação ao

utente para que proceda ao pagamento do custo total da reposição.

4. É da responsabilidade dos utentes responsáveis por menores de idade, a instrução dos mesmos sobre a informação contida no presente regulamento.

Artigo 13.º

Responsabilidade por danos ou prejuízos

A Câmara Municipal não se responsabiliza pela ocorrência de danos e furtos em objectos pertença dos utentes da piscina.

Artigo 14.º

Infraestruturas e equipamentos da piscina

A piscina dispõe de:

- a) Recinto com tanque de recreio, chapinheiro e área verde envolvente;
- b) Chuveiro e lava-pés;
- c) Instalações sanitárias;
- d) Sistema de abastecimento de água com recurso à água proveniente da rede pública e de mina;
- e) Dispositivos de controlo da qualidade da água que garantem as adequadas características físico-químicas e bacteriológicas da mesma;
- f) Posto de piscina, com os materiais, equipamentos e produtos exigidos pela Portaria 311/2015, de 28 de setembro com a redação conferida pela Portaria 168/2016 de 16 de junho.

Artigo 15.º

Responsável técnico, vigilância e assistência a banhistas

1. A piscina ficará sob a responsabilidade técnica de trabalhador designado para o efeito pelo Presidente da Câmara Municipal.
2. Durante o horário de funcionamento da piscina, havendo lugar à admissão de demais utentes, identificados no ii) do número 2 do artigo 7.º, a vigilância e assistência a banhistas é assegurada por nadador salvador, de acordo com o exigido na Portaria 311/2015, de 28 de setembro, com a redação conferida pela Portaria 168/2016 de 16 de junho.
3. Nos termos do artigo 23.º da Portaria 311/2015, de 28 de setembro, com a redação conferida pela Portaria 168/2016 de 16 de junho, a verificar-se a utilização

exclusiva da piscina pelos utentes do Parque de Campismo, poderá não ser garantida a vigilância e a assistência a banhistas por nadador salvador.

4. Fora do horário funcionamento da piscina e, sempre que se impuser, existe um monitor, que coadjuva o responsável técnico, procurando garantir o correto funcionamento dos sistemas de abastecimento de água e dos dispositivos de controlo da qualidade da água.

Artigo 16.º

Serviço de limpeza, recolha e remoção de lixo

1. O recinto e as instalações sanitárias são limpos, diariamente, pelo serviço de limpeza.
2. A piscina é alvo, por parte do monitor referido no número 4 do artigo anterior, da realização de tarefas de aspiração e de limpeza dos filtros do sistema de bombagem de água para a mesma.
3. A recolha e remoção do lixo são efetuadas diariamente.

Artigo 17.º

Análises

1. Os tanques da piscina são alvo da realização de análises físico-químicas e microbiológicas, duas vezes por mês, por empresa habilitada para o efeito e por ordem do Delegado de Saúde local.
2. Os resultados das análises são afixados de forma visível, em local próprio, no recinto da piscina.

Artigo 18.º

Competência da fiscalização

Sem prejuízo das competências atribuídas por lei a outras entidades, a fiscalização do cumprimento do disposto no presente regulamento compete à Câmara Municipal e serviços designados pela mesma.

Artigo 19.º

Contraordenações

1. Constitui contraordenação a violação do disposto no presente regulamento.
2. As contraordenações previstas no número anterior são punidas com a coima entre o mínimo equivalente a um décimo do salário mínimo nacional e o máximo equivalente a cinco salários mínimos nacionais.
3. A moldura abstrata eleva-se para o dobro quando o arguido for uma pessoa coletiva, ou quando, sendo uma

peessoa singular exista reincidência, no respeito pelos limites legais.

4. A tentativa e a negligência são puníveis.

5. O produto das coimas aplicadas constitui receita da Câmara Municipal.

Artigo 20.º

Processo de contraordenação e aplicação de coimas

1. A decisão sobre a instauração do processo de contra-ordenação e aplicação das coimas é da competência do Presidente da Câmara.

2. O produto das coimas, mesmo quando estas sejam fixadas em juízo, constitui receita da Câmara Municipal.

Artigo 21.º

Responsabilidade solidária

São considerados solidariamente responsáveis como arguidos, nos processos de contra-ordenação instaurados por violação das normas do presente Regulamento, aquele que é o proprietário do animal e o seu possuidor, ainda que eventual.

Artigo 22.º

Medida da coima

1. A determinação da medida da coima far-se-á em função da gravidade da contraordenação, da culpa, da situação económica do agente e do benefício económico que este retirou da prática da contra-ordenação;

2. Sem prejuízo do disposto no Regime Geral de Contra-Ordenações e dentro da moldura abstratamente aplicável, referida no artigo 19º, a coima deve exceder o benefício económico que o agente retirou da prática da contra-ordenação.

Artigo 23.º

Sanções

1. Será impedida a permanência na piscina a todo aquele que, depois de advertido, não observe o disposto neste regulamento ou demais disposições legais vigentes, sem prejuízo da aplicação das contraordenações que ao caso couberem.

2. O nadador-salvador, o responsável técnico e/ou o monitor, podem solicitar o auxílio das autoridades policiais para fazer cumprir as determinações impostas nos termos do número anterior.

Artigo 24.º

Casos omissos

1. Os casos omissos serão resolvidos pela Câmara Municipal, tendo em atenção os princípios expressos no presente regulamento e na legislação em vigor.

2. O responsável técnico, designado de acordo com o artigo 1.º, pode estabelecer provisoriamente as regras a adoptar no sentido do uso adequado da piscina, quando tal se mostre necessário para assegurar a ordem interna e o respeito pelos objectivos e princípios expressos no presente regulamento.

Artigo 25.º

Entrada em vigor

O presente regulamento, depois de aprovado pela Câmara Municipal, entra em vigor no prazo de quinze dias seguidos após a sua publicitação nos termos legais.



Anexo I
Tarifário
Piscina da Quinta de Pentieiros

Utentes Externos			
Junho e Setembro	7 dias	Segunda a Sexta	Fim-de-Semana e Feriados
Crianças	3.50€	1.00€	1.50€
Maiores de 12 anos	7.00€	2.00€	2.50€
Julho e Agosto	7 dias	Segunda a Sexta	Fim-de-Semana e Feriados
Crianças	7.00€	2.00€	3.00€
Maiores de 12 anos	14.00€	3.00€	5.00€

Preços: IVA incluído

Horário de Funcionamento: 10h:30m – 13h:00m / 15h:00m – 19h:00m